

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Extensão Universitária: Organização e Sistematização

Belo Horizonte



2007

Coordenação Nacional do FORPROEX

Extensão Universitária: Organização e Sistematização



© 2007. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais – PROEX. COOPMED Editora
2007 – ISBN: 978-85-85002-91-6

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio eletrônico sem a autorização escrita do detentor dos direitos autorais

Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX

Editora:

Coopmed – Cooperativa Editora e de Cultura Médica
Av. Alfredo Balena, 190
30130-100 – Belo Horizonte – MG
www.coopmed.com.br
(31) 3273-1955

Editoração Eletrônica: Know-how Editorial



Catálogo na fonte:

B823e Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

112p.

ISBN:978-85-85002-91-6

1.Educação Superior. 2. Extensão Universitária. 3. Universidade e Sociedade. 4. Relações Comunidade – Instituição. I. Coordenação Nacional do FORPROEX. II. Título.

CDU: 378.155

CDD: 378.121



Sumário

APRESENTAÇÃO	9
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX	11
Antecedentes.....	11
Organização do Fórum	12
POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO	17
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EXTENSÃO	21
ÁREAS E LINHAS DE EXTENSÃO	23
Áreas do Conhecimento.....	23
Áreas Temáticas.....	24
Estruturação das Áreas Temáticas — Organização das Comissões.....	24
Linhas de Extensão	26
AÇÕES DE EXTENSÃO.....	35
I – PROGRAMA	35
II – PROJETO.....	35
Indicadores quantitativos de programas e projetos	36

III – CURSO	36
Indicadores quantitativos de cursos	36
Aluno-equivalente	37
IV – EVENTO.....	38
Indicadores quantitativos de eventos	38
V – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	39
Indicadores quantitativos de prestação de serviços.....	40
PUBLICAÇÕES E OUTROS PRODUTOS ACADÊMICOS	43
Indicadores quantitativos de publicações e outros produtos acadêmicos de extensão.....	43
RELACIONAMENTOS ENTRE AS AÇÕES DE EXTENSÃO.....	45
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....	49
AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	53
CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INEP/MEC.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	
Anexo 1 INEP — Censo da Educação Superior 2005	63
Anexo 2 Regimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	79
Anexo 3 Informações FORPROEX.....	85
LISTA DE QUADROS	
Quadro 1 Áreas do Conhecimento para classificação das ações de extensão.....	23
Quadro 2 Áreas Temáticas para classificação das ações de Extensão Universitária.....	24
Quadro 3 Linhas de Extensão: classificação das ações de Extensão Universitária, agrupadas por assunto	27
Quadro 4 Linhas de Extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de Extensão Universitária, e formas de operacionalização mais frequentes	28
Quadro 5 Classificação dos cursos de Extensão Universitária e definições	37
Quadro 6 Cálculo do indicador aluno-equivalente em cursos de Extensão Universitária.....	38

Quadro 7	Classificação (tipos) de eventos e definições.....	39
Quadro 8	Classificação (tipos) de prestações de serviço e definições.....	40
Quadro 9	Classificação de publicações e outros produtos acadêmicos de Extensão Universitária.....	44

LISTA DE QUADROS DO ANEXO 1. CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Q90	Número total de Programas e seus respectivos projetos vinculados, público atendido e pessoas envolvidas na execução, segundo a área temática de extensão, em 2005	64
Q91	Número total de projetos não-vinculados, público atendido e pessoas envolvidas na execução, segundo a área temática de extensão, em 2005	66
Q93	Número total de cursos, total de carga horária, concluintes e ministrantes em curso de extensão presencial, segundo a área de conhecimento CNPq, oferecidos em 2005.....	68
Q94	Número total de cursos, total de carga horária, concluintes e ministrantes em curso de extensão a distância, segundo a área de conhecimento CNPq, oferecidos em 2005.....	70
Q95	Número total de eventos desenvolvidos, por tipo de evento e público participante, segundo área temática de extensão, em 2005.....	72
Q96	Número total de prestação de serviço institucional segundo tipo e área do conhecimento CNPq, em 2005.....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema geral de relacionamentos entre ações de extensão	46
Figura 2	Exemplo de parcerias e vinculações entre ações de extensão	47



Apresentação

Essa publicação tem dois grandes objetivos. Inicialmente, dar continuidade à primeira edição do livro “SISTEMA DE DADOS E INFORMAÇÕES DA EXTENSÃO/Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão”, publicada em 2001 como volume 2 da Coleção Extensão Universitária.

Em segundo lugar, a partir da experiência de um Curso de Gestão da Extensão Universitária, no XX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em São Luis, 2005, objetiva repassar informações básicas que possam ser úteis a novos dirigentes e participantes da Extensão Universitária no Brasil.

Para o primeiro propósito é tomado como referência o Relatório Final do Grupo de Trabalho REVISÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS, LINHAS E AÇÕES DE EXTENSÃO, debatido e aprovado no XIX Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em Recife, 24 a 27 de maio de 2004, e o relatório da reunião ampliada da Comissão de Sistema de Dados e Informações, Diamantina – MG, 18 e 19 de julho de 2005.

Nesse Relatório são propostas as modificações e atualizações que orientam a definição em sistemas de informação e banco de dados de extensão, seja o SIEXBRASIL ou os sistemas próprios de universidades. Elas visam, também, atender às informações solicitadas no Censo da Educação Superior – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Ministério da

Educação (INEP/MEC) – que passou a requerer, a partir do ano-base 2003, informações detalhadas de produção acadêmica em planilhas específicas para a Extensão Universitária.

As modificações definidas passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2006, de modo a ter-se uma série de informações anuais. Uma lógica observada para a revisão foi a de proceder-se a aperfeiçoamentos prospectivos do sistema, em vez de grandes modificações que pudessem significar uma reestruturação total do sistema, com perda de série histórica de dados.

Em 2007, com a decisão de proceder-se a uma atualização do SIEXBRASIL, superando seus problemas de interação com sistemas locais e aumentando sua capacidade de apoio à gestão, é reafirmada a necessidade de todas as Instituições Públicas de Educação Superior utilizarem as definições e classificações consensuadas, para que se trabalhe com uma base nacional.

Para o segundo objetivo foram utilizados os documentos conceituais básicos publicados pelo FORPROEX: (1) Plano Nacional de Extensão Universitária, (2) Sistemas de Dados e Informações – base operacional, (3) Avaliação da Extensão Universitária, (4) Extensão Universitária e a Flexibilização Curricular e (5) Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, publicados na Coleção Extensão Universitária e disponíveis no site www.renex.org.br, na seção documentos.

A atual publicação apresenta uma informação geral sobre o FORPROEX: breves antecedentes, organização geral – constando em anexo o Regimento do FORPROEX –, seu processo de trabalho, aspectos gerais da política de extensão. Seguem-se as definições e operacionalizações de área do conhecimento, área temática, linhas de extensão e informações detalhadas sobre as ações de extensão – programas, projetos, cursos e eventos – e sobre publicações e outros produtos acadêmicos. Duas figuras apresentam os relacionamentos entre as ações de extensão e a articulação para a implementação de programas. Uma seção específica traça algumas observações sobre o Censo da Educação Superior.

Ao final, em anexo, o Regimento do Fórum, os quadros do Censo da Educação Superior e a relação e contatos de Dirigentes e Pró-Reitores.



1

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX

Antecedentes

Os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária aparecem no Estatuto da Universidade Brasileira / Decreto-Lei nº 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência.

A Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540, tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

Com o fortalecimento da sociedade civil durante os anos 80 é discutido um novo paradigma para a universidade brasileira, sua relação com a sociedade e o papel da extensão. Nesse movimento é criado, em reunião na UnB, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (1987), que expressa o novo conceito no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Em 1988 é aprovada na Constituição o princípio da indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão¹

¹ “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

O conceito de Extensão² definido pelo Fórum, naquela época, foi básico para o desenvolvimento conceitual, expresso no Plano Nacional de Extensão que explicita sua *praxis* nos princípios da indissociabilidade e ação transformadora, com interação social e interdisciplinaridade.

Organização do Fórum

De acordo com seu regimento, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX – “é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia; uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão”.

Os objetivos do FORPROEX são:

- I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das pró-reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras;
- II – manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- III – manter articulação permanente com os demais fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

Em 1996, a Lei n. 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reafirma e detalha, entre os objetivos da universidade, a Extensão Universitária.

² “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Plano Nacional de Extensão, 1988).”

- IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras”³.

Composto por Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras tem uma Coordenação Nacional – composta por um Presidente, um Vice-Presidente e cinco Coordenadores Regionais e respectivos Subcoordenadores –, uma Secretaria Executiva, Comissões e Assessores Especiais.

Veja o texto completo do Regimento do FORPROEX no anexo 2

O FORPROEX reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, no Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Participam desse Encontro assessores indicados pelos Pró-Reitores e convidados especiais.

O FORPROEX tem como princípio de organização o **trabalho associativo**, enquanto órgão ligado aos pró-reitores de extensão. Para ampliação de seu alcance é essencial que dinamize o **trabalho em rede**, tendo como órgão de comunicação o portal da **REDE NACIONAL DE EXTENSÃO** www.renex.org.br. Assim, cada conjunto de colaboradores de pró-reitorias ou órgãos de gestão da extensão e instituições ou movimentos que elejam como direcionalidade o desenvolvimento da extensão universitária, bem como profissionais, pesquisadores e outros interessados podem ser nós nessa rede.

Para o trabalho em rede é importante a observação dos seguintes pontos, que podem ser aplicados nos níveis nacional, regional e local⁴:

“As redes são formas de organização multicêntricas, com múltiplos nós, que são lugares de articulação. A propulsão do conjunto não está a cargo de um nó fixo.

³ Regimento do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

⁴ Fonte: apresentação sobre trabalho em rede no XX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, São Luís, maio de 2005.

As redes são uma proposta de trabalho coletivo, uma nova forma de articular sujeitos diversos e de produzir transformações.

Para constituir uma rede é essencial que os projetos e pessoas se articulem a partir da necessidade de enfrentar problemas concretos e comuns ou para criar um contexto externo mais favorável aos processos inovadores, gerando um produto que não se pode obter isoladamente.

Uma rede é necessariamente uma construção coletiva, de sujeitos que se articulam horizontalmente, ativamente, voluntariamente.

Os membros de uma rede devem ter um papel muito ativo na definição de seus rumos e dos caminhos a seguir. Ou seja, os participantes de uma rede têm que ser sujeitos de sua própria construção.

A rede é constituída por múltiplos nós com capacidades distintas de mobilização, proposição e ação.

É importante que haja núcleos dinamizadores (coordenação nacional, regional, de áreas temáticas, GTs) capazes de produzir propostas e provocar a ação articulada de acordo com o potencial de cada participante.

Todas as ações dos núcleos dinamizadores devem estar voltadas para os interesses coletivos: a estrutura deve existir somente para facilitar essas relações.

Não basta obter uma associação formal: é necessário construir a identidade da rede, definindo e atualizando a temática central em redor da qual se articulam os projetos, pessoas e instituições.

São condições para o desenvolvimento de uma rede:

- Criação de canais e de uma dinâmica de comunicação entre os participantes da rede.
- Criação e disponibilidade de um banco de dados sobre as experiências e a produção conceitual dos nós.
- Construção de uma compreensão coletiva acerca dos principais problemas e oportunidades do contexto e oportunidades para a construção coletiva de conhecimentos, considerando interesses, possibilidades de interação e crescimento.
- Sistematização das experiências e transformação do “aprendido” em algo que se possa compartilhar, sem o que não há algo para comunicar externamente.
- Capacidade de proposição e de negociação, que se constrói com base na sistematização das experiências dos distintos projetos.

- Agilidade frente a novas situações: ser capaz de redefinir-se a todo o momento para não perder as oportunidades e a capacidade de responder às demandas”.

O FORPROEX é um convite para que os participantes – pró-reitores, coordenadores de ações de extensão, técnico-administrativos, estudantes, pessoas da comunidade envolvida – se vejam como sujeitos responsáveis pela construção de cenários externos favoráveis ao novo que se quer construir, um convite para potencializar a capacidade de produzir mudanças, especialmente aquelas construídas a partir do saber e do poder compartilhados. O Fórum, ampliado em Rede, pode transformar esforços isolados em movimentos articulados, com muito maior potencial de ação.



A Política Nacional de Extensão

A **Política Nacional de Extensão** é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), reunidas no FORPROEX, tendo como documento referencial o **Plano Nacional de Extensão**, publicado em novembro de 1999. O Plano estabelece o seguinte

Conceito de Extensão Universitária

“A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.”

O Plano Nacional de Extensão define **Diretrizes para a Extensão Universitária** que devem estar presentes em todas as ações de Extensão e que podem ser, didaticamente, expressadas em quatro eixos:

Diretrizes para a Extensão Universitária

- Impacto e transformação
 - Interação dialógica
 - Interdisciplinaridade
 - Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão
-

Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, e preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar;

Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;

Interdisciplinaridade: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas;

Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária

na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos (ver seção Ações de Extensão e Flexibilização Curricular, neste livro).

Para a **institucionalização da Extensão Universitária** é essencial que uma política de extensão – que inclua conceito, diretrizes, finalidades ou funções – seja definida em instâncias institucionais de deliberação superior das IPES (Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou equivalentes) e normalizada em instrumentos legais (Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções, Portarias, Editais, entre outros).

Entre os aspectos a serem normalizados podem ser incluídos o processo de aprovação das ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de financiamento da Extensão Universitária, as formas de participação do aluno nas ações de extensão, o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, a valorização da participação do docente nas ações de extensão, as formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão, as formas de participação de servidores docentes nas ações de extensão, as formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações de extensão, entre outros.



3

Sistema de Informação da Extensão

Como uma das ações prioritárias para a extensão nacional, foi estabelecida em 1999, no Plano Nacional de Extensão, a necessidade de implantação de um sistema de informação que permitisse o registro de todas as ações de extensão, de forma padronizada quanto à denominação e classificação.

Essa decisão gerou a necessidade da sistematização dos dados, de forma que cada universidade, não importando o processo de registro e informação de seus dados, pudesse operar um sistema compatível a avaliações e ao conhecimento público da produção da Extensão.

Em 2003, o Ministério da Educação apoiou a adaptação e atualização do software Sistema de Informação da Extensão da UFMG para ser utilizado pelas instituições que compõem o FORPROEX. Nasceu assim o SIEXBRASIL (<http://www.siexbrasil.renex.org.br/>), um sistema pioneiro no domínio da Extensão Universitária. Seu lançamento desempenhou um papel importantíssimo na integração das ações de extensão no país. É um sistema de informação na *Web* com objetivo de padronizar, nacionalmente, a terminologia aplicada no registro de ações de extensão, criando assim, um cadastro único da Extensão Universitária no Brasil. A característica principal desse sistema é a possibilidade de registro e consulta sobre programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos promovidos pelas universidades

públicas. O sistema é alimentado a partir do preenchimento dos formulários por qualquer usuário previamente cadastrado e aprovado. Os dados dos formulários enviados são submetidos à aprovação ou confirmação do gestor local e, se aprovados, serão automaticamente registrados e passarão a integrar a base de dados nacional. As consultas a esse banco de dados são abertas a toda a comunidade, sem a necessidade de cadastro prévio, código ou senha.

A partir de 2006, tornou-se necessária a atualização do SIEXBRASIL a fim de torná-lo como *software* livre para que todas as instituições pudessem utilizá-lo, se necessário, para extensões locais. Outro objetivo, nesse processo de atualização, é a implementação de estratégias de gestão que atendam às necessidades das instituições, de forma flexível e adaptável, permitindo sua adequação para as realidades locais.

Assim, um novo projeto está sendo proposto à SESU/MEC para reestruturar o SIEXBRASIL, para torná-lo um sistema de gestão das ações de extensão, desde o envio eletrônico das ações pelo coordenador, avaliação, monitoramento das unidades envolvidas e geração de relatórios das ações realizadas e de indicadores de avaliação.

Muitas instituições possuem sistemas locais de gestão de Extensão Universitária, e a nova versão do SIEXBRASIL fornecerá ferramentas para importar e exportar dados para outros sistemas.

Enfim, é necessário que o FORPROEX e as universidades acompanhem essa transição, explicitando suas demandas e estabelecendo políticas e ações estratégicas para a obtenção das informações e conseqüente registro de todas as ações de extensão a fim de modernizar e divulgar a Extensão Universitária no Brasil.

Nas próximas seções são apresentadas as denominações e classificações padronizadas pelo FORPROEX e utilizadas nos sistemas de informação de extensão.



Áreas e Linhas de Extensão

Áreas do Conhecimento

Todas as ações de Extensão Universitária devem ser classificadas em Áreas do Conhecimento, tendo por base as definidas pelo CNPq (Quadro 1).

Quadro 1 Áreas do Conhecimento* para classificação das ações de extensão

Ciências Exatas e da Terra
Ciências Biológicas
Engenharia / Tecnologia
Ciências da Saúde
Ciências Agrárias
Ciências Sociais
Ciências Humanas
Linguística, Letras e Artes

Fonte: CNPq

No sistema de informação as áreas podem ser correlacionadas à proposta de ação ou ao departamento ou setor da universidade que origina a ação. Esse

vínculo é preestabelecido pela instituição ao fazer seu cadastro no sistema. Assim, como os departamentos de uma faculdade de medicina são, quase todos, correlacionados à área do conhecimento Ciências da Saúde, todas as ações desses departamentos levarão, automaticamente, essa vinculação.

Áreas Temáticas

Todas as ações de extensão deverão ser classificadas segundo a **área temática**. Como grande número delas podem ser relacionadas a mais de uma área devem ser classificadas em **área temática principal** (1) e, opcionalmente, em **área temática secundária** (2).

A **classificação por área** deve observar o objeto ou assunto que é focado na ação. Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas uma correspondência absoluta com o objeto da ação, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser a escolhida.

A finalidade da classificação é a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática.

Quadro 2 Áreas Temáticas para classificação das ações de Extensão Universitária

1. Comunicação	5. Meio Ambiente
2. Cultura	6. Saúde
3. Direitos Humanos e Justiça	7. Tecnologia e Produção
4. Educação	8. Trabalho

Estruturação das Áreas Temáticas – Organização das Comissões

A partir de deliberação do XVII Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Vitória, de 29 a 31 de maio de 2001, e de incorporação de propostas ao Plano de Trabalho do Fórum, o FORPROEX, em seu XXII Encontro Nacional, realizado em Porto Seguro-BA, de 23 a 27 de maio de 2006, procedeu a uma reavaliação de suas áreas temáticas e da organização das comissões. Referendou que áreas temáticas deverão ser estruturadas nos três níveis: nacional, regional e local. Para cumprimento dessa meta, devem ser implementados os seguintes passos:

- I – Constituição, em caráter permanente, de **comissão temática**, composta de, pelo menos, um(a) coordenador(a) nacional e cinco coordenadores(as) regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), indicados pelo conjunto das pró-reitorias das universidades da região;
- II – Identificação, convite e participação de **pessoas de referência**, em cada área temática, nos níveis nacional, regional e em cada universidade, que serão indicados pela Comissão Temática como membros-consultores para programas, projetos e aspectos específicos da Área Temática, devendo ter o referendo da pró-reitoria de extensão de sua universidade.

São **atribuições** da Comissão:

1. **Integrar**, por seu (sua) coordenador(a) nacional, a Comissão Coordenadora Nacional do FORPROEX, e participar de reuniões de **coordenação regional e nacional**, quando convocada;
2. **Elaborar o documento de referência** da área, caracterizando-a, especialmente, nas suas inter-relações com a Extensão Universitária, apontando questões estratégicas a serem abordadas e as linhas de extensão e ações prioritárias a serem desenvolvidas. Esse documento e outras informações sobre a área deverão estar sempre disponibilizados e atualizados na **www.renex.org.br**;
3. **Implementar Plano de Trabalho** da área, que deverá ter um relatório quantitativo anual, com informações regionais e nacionais, a ser apresentado aos encontros regional e nacional;
4. **Desenvolver projetos especiais**, elaborar documentos, avaliações e levantamentos; bem como pareceres, quando solicitado;
5. **Representar o FORPROEX** junto a Ministérios e outras instituições, nos assuntos relativos à área, por delegação da Presidência do FORPROEX, de forma articulada à ação política da coordenação regional e nacional;
6. **Organizar reuniões** temáticas de caráter regional e nacional (durante encontros do Fórum e em outras oportunidades), propor ações para desenvolvimento de políticas públicas na área; co-responsabilizar-se pela organização da área temática nos encontros e congressos de extensão — regional, nacional e ibero-americano (avaliação de trabalho, organização de sessões temáticas, aprovação de textos para publicação, coordenação de pareceristas); e
7. **Estabelecer** possibilidades e mecanismos de **trabalho cooperativo** inter-universidades (níveis estadual, regional e nacional) e interinstituições.

Linhas de Extensão

A denominação **Linha de Extensão** substituiu, a partir de 2006, a denominação anterior Linha Programática; tem especial importância para a nucleação das ações de extensão – ou seja, a construção de programas.

As linhas de extensão não são, necessariamente, ligadas a uma área temática, em especial. Por exemplo, ações relativas à linha de extensão “Inovação Tecnológica” podem ser registradas na área temática Saúde, ou Educação, ou Trabalho, ou mesmo Tecnologia, dependendo do tema em questão.

As Linhas de Extensão apresentadas no Quadro 4 são acompanhadas por descrições que discriminam formas de operacionalização mais comuns; essa descrição é apenas uma “ajuda”, para melhor identificação da linha à qual a ação se vincula.

No Quadro 3 Linhas de Extensão são apresentadas em uma seqüência que busca aproximá-las, por assunto abordado; a numeração é apenas uma referência de trabalho. O numeral 2006 refere-se ao ano a partir do qual as modificações nas denominações das linhas de extensão foram introduzidas. No SIEXBRASIL, as linhas temáticas até 2005, inclusive, não apresentam esse numeral, sendo mantidas, como versão anterior, para permitir registros retrospectivos.

No Quadro 4 as linhas são apresentadas em ordem alfabética, seguida de uma pequena ementa – formas de operacionalização mais frequentes. Todas as linhas admitem o “desenvolvimento de ações de extensão – programas, projetos, prestação de serviços, realização de cursos e eventos – voltadas para a discussão, planejamento, implementação e avaliação visando a formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área e a produção e divulgação de informações, (conhecimentos e material didático na área)”.

Quadro 3 Linhas de Extensão: classificação das ações de Extensão Universitária, agrupadas por assunto

N. da linha	Denominação da linha
1	2006 – Alfabetização, leitura e escrita
13	2006 – Educação profissional
21	2006 – Formação de professores
17	2006 – Espaços de ciência
31	2006 – Línguas estrangeiras
32	2006 – Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem
49	2006 – Tecnologia da informação
2	2006 – Artes cênicas
3	2006 – Artes integradas
4	2006 – Artes plásticas
5	2006 – Artes visuais
33	2006 – Mídias-artes
34	2006 – Mídias
35	2006 – Música
37	2006 – Patrimônio cultural, histórico e natural
19	2006 – Estilismo
6	2006 – Comunicação estratégica
29	2006 – Jornalismo
8	2006 – Desenvolvimento regional
11	2006 – Desenvolvimento urbano
9	2006 – Desenvolvimento rural e questão agrária
10	2006 – Desenvolvimento tecnológico
7	2006 – Desenvolvimento de produtos
28	2006 – Inovação tecnológica
39	2006 – Propriedade intelectual e patente
40	2006 – Questões ambientais
41	2006 – Recursos hídricos
42	2006 – Resíduos sólidos
12	2006 – Direitos individuais e coletivos
26	2006 – Grupos sociais vulneráveis
38	2006 – Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais
53	2006 – Uso de drogas e dependência química
48	2006 – Segurança pública e defesa social
27	2006 – Infância e adolescência
30	2006 – Jovens e adultos
51	2006 – Terceira idade

15	2006 – Emprego e renda
14	2006 – Empreendedorismo
22	2006 – Gestão do trabalho
23	2006 – Gestão informacional
24	2006 – Gestão institucional
25	2006 – Gestão pública
36	2006 – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares
43	2006 – Saúde animal
46	2006 – Saúde humana
44	2006 – Saúde da família
45	2006 – Saúde e proteção no trabalho
16	2006 – Endemias e epidemias
20	2006 – Fármacos e medicamentos
18	2006 – Esporte e lazer
47	2006 – Segurança alimentar e nutricional
52	2006 – Turismo
50	2006 – Temas específicos / Desenvolvimento humano

Quadro 4 Linhas de Extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de Extensão Universitária, e formas de operacionalização mais frequentes

N.	Linha de Extensão	Formas de operacionalização mais frequentes
1.	2006 – Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
2.	2006 – Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3.	2006 – Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4.	2006 – Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
5.	2006 – Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
6.	2006 – Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.

7.	2006 – Desenvolvimento de produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
8.	2006 – Desenvolvimento regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
9.	2006 – Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10.	2006 – Desenvolvimento tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11.	2006 – Desenvolvimento urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12.	2006 – Direitos individuais e coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13.	2006 – Educação profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.

14.	2006 – Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a produtividade.
15.	2006 – Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16.	2006 – Endemias e epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17.	2006 – Espaços de ciência	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18.	2006 – Esporte e lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19.	2006 – Estilismo	Estilismo e moda.
20.	2006 – Fármacos e medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21.	2006 – Formação de professores (formação docente)	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22.	2006 – Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23.	2006 – Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

24.	2006 – Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não-governamentais.
25.	2006 – Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26.	2006 – Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27.	2006 – Infância e adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto enfocado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28.	2006 – Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29.	2006 – Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30.	2006 – Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31.	2006 – Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32.	2006 – Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33.	Mídias-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34.	Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.

35.	2006 – Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36.	2006 – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37.	2006 – Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagem, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38.	2006 – Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto enfocado na ação essas pessoas e suas famílias.
39.	2006 – Propriedade intelectual e patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40.	2006 – Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41.	2006 – Recursos hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.

42.	2006 – Resíduos sólidos	Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43.	2006 – Saúde animal	Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.
44.	2006 – Saúde da família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
45.	2006 – Saúde e proteção no trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46.	2006 – Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47.	2006 – Segurança alimentar e nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
48.	2006 – Segurança pública e defesa social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
49.	2006 – Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.

50.	2006 – Temas específicos / Desenvolvimento humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.
51.	2006 – Terceira idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto enfocado na ação pessoas idosas e suas famílias.
52.	2006 – Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
53.	2006 – Uso de drogas e dependência química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.



5

Ações de Extensão

As ações de extensão são classificadas em programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços, e obedecem às seguintes definições:

I – PROGRAMA

“Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”.

II – PROJETO

“Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”.

O projeto pode ser:

- Vinculado a um programa (forma preferencial – o projeto faz parte de uma nucleação de ações)
- Não-vinculado a programa (projeto isolado).

Indicadores quantitativos de programas e projetos – Censo da Educação Superior – INEP/MEC

O Censo da Educação Superior apresenta quadros, para serem informados pelas instituições de educação superior, com dados que podem ser obtidos no sistema de informação SIEXBRASIL ou do sistema próprio da instituição.

Os quadros Q.90 e Q.92 do Censo da Educação Superior / 2005 referem-se a programas e projetos de Extensão Universitária – ver ANEXO 1.

III – CURSO

“Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos”.

Observações:

- Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”.
- Prestação de serviço realizada como curso deverá ser registrada como curso.
- Curso presencial exige a presença do aluno durante toda a oferta da carga horária.
- Curso de extensão a distância é caracterizado pela não-exigência da presença do aluno durante toda a oferta da carga horária; as atividades presenciais (sessões de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc) não devem ultrapassar 20% da carga horária total.

No Quadro 5 são apresentadas as classificações dos cursos.

Indicadores quantitativos de cursos (Censo da Educação Superior – INEP/MEC)

No Censo da Educação Superior 2005 (INEP) os indicadores utilizados são “total de cursos”, “total de carga horária”, “total de concluintes” – segundo área do conhecimento CNPq e divididos nas categorias “cursos até 30 horas” e “cursos acima de 30 horas”, de acordo com Q.94 (Figura 5), referidos a cursos presenciais. No quadro Q.95 os indicadores são relacionados a cursos de educação a distância – ver ANEXO 1. Os indicadores relativos a “ministrantes” são

de interpretação difícil, pois um mesmo ministrante pode participar de vários cursos e sua participação ser contada várias vezes.

Quadro 5 Classificação dos cursos de Extensão Universitária e definições

CLASSIFICAÇÃO DO CURSO (classificar sempre nas três categorias I, II e III)		DEFINIÇÃO
I	Presencial	Curso cuja carga horária computada é referente à atividade na presença de professor / instrutor.
	A distância	Curso cuja carga horária computada compreende atividades realizadas sem presença/supervisão de professor / instrutor (as avaliações podem ser presenciais).
II	Até 30 horas	Curso cuja carga horária é de até 30 horas.
	Igual ou superior a 30 horas	Curso cuja carga horária é igual ou superior a 30 horas.
III	Iniciação	Curso que objetiva, principalmente, oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento.
	Atualização	Curso que objetiva, principalmente, atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento.
	Treinamento e qualificação profissional	Curso que objetiva, principalmente, treinar e capacitar em atividades profissionais específicas.
	Aperfeiçoamento*	Curso com carga horária mínima de 180h, destinado a graduados.
	Especialização*	Curso com carga horária mínima de 360h, destinado a graduados.

* Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento: esses cursos, classificados como pós-graduação *lato sensu*, podem ter sua classificação definida na lei da reforma universitária (como “educação continuada?”), atualmente tramitando no Congresso Nacional como anteprojeto. O setor de gestão desses cursos, atualmente, varia conforme a opção da universidade (pró-reitoria de extensão e/ou pró-reitoria de pós-graduação). De qualquer forma, seus produtos devem ser informados no Quadro Q.94 e Quadro Q.95, do Censo da Educação Superior (ver ANEXOS), como “igual ou superior a 30 horas”.

Aluno-equivalente

Um indicador que pode espelhar com maior clareza o esforço acadêmico relativo aos cursos de extensão é o **aluno-equivalente**. Esse indicador estabelece uma correlação entre alunos concluintes de cursos de extensão e a carga horária

cursada (Quadro 6), comparada ao esforço institucional de manutenção anual de um aluno de graduação – para o qual se considera uma carga horária diária média de 4 horas, durante 200 dias letivos.

O SIEXBRASIL calcula, automaticamente, o indicador “aluno-equivalente” para cada curso e para um conjunto de cursos, nesse caso definido como a somatória de *carga horária x número de concluintes* / 800.

Como pode ser observado em um dos exemplos (Quadro 6), ofertar um curso de 150 horas, para 80 alunos-concluintes, equivale a manter 15 alunos de graduação por ano – tomando como referência um curso de graduação de 800 h/ano (esse número foi obtido do produto 200 dias letivos, vezes 4 horas/dia = 800).

Observe-se que não é possível obter o equivalente-aluno de um conjunto de cursos multiplicando-se os totais das colunas a e b e dividindo-se por 800.

Quadro 6 Cálculo do indicador aluno-equivalente em cursos de Extensão Universitária

Nome do curso	Carga horária (a)	Nº de concluintes (b)	Equivalente-aluno (c)
Curso 1	150	80	15,0
Curso 2	100	100	12,5
Curso 3	8	40	0,4
Curso 4	12	70	1,05
TOTAIS	270	290	28,95

$$c = a.b / 800$$

IV – EVENTO

“Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade”.

No Quadro 7 é apresentada a classificação de eventos de Extensão Universitária e suas respectivas definições.

Indicadores quantitativos de eventos (Censo da Educação Superior – INEP/MEC)

No Censo da Educação Superior 2005 (INEP) os indicadores utilizados são “total de eventos”, “total de público” – segundo área temática e tipos de eventos (classificação). O quadro Q.98, reproduzido no ANEXO 1, refere-se a esses dados.

Quadro 7 Classificação (tipos) de eventos e definições

Classificação	DEFINIÇÃO
Congresso	Evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Observação: realizado como um conjunto de atividades, como mesas-redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas/workshops; os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também, ser registradas e certificadas como curso. Incluem-se nessa classificação eventos de grande porte, como conferência nacional de..., reunião anual de..., etc.
Seminário	Evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto de número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, como encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, etc.
Ciclo de debates	Encontros seqüenciais que visam a discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo de..., Circuito..., Semana de...
Exposição	Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento.
Espetáculo	Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
Evento esportivo	Inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
Festival	Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.
Outros	Ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. Inclui campanha.

V – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

“Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem”.

Observação: quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal (curso ou projeto).

As prestações de serviço são classificadas e definidas conforme apresentado no Quadro 8.

Indicadores quantitativos de prestação de serviços (Censo da Educação Superior – INEP/MEC)

O quadro Q.99 do Censo da Educação Superior / 2005 refere-se à prestação de serviços (ver ANEXO 1).

Quadro 8 Classificação (tipos) de prestações de serviço e definições

Classificação	DEFINIÇÃO
ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM ESPAÇOS DE CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Espaços e Museus Culturais	Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das IES. Atendimento ao público em espaços culturais das IES.
Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia	Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das IES, como observatório astronômico, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc.
Cineclubes	Atendimento ao público em cineclubes das IES.
Outros espaços	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.
SERVIÇO EVENTUAL	
Consultoria	Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situações e/ou temas específicos.
Assessoria	Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimentos especializados.
Curadoria	Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro.
Outros	Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais.
ATIVIDADES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	
Depósito de Patentes e Modelos de Utilidades	Depósitos e registro de patentes.
Registro de Marcas e Softwares	Registro de marcas e softwares.
Contratos de Transferência de Tecnologia	Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.

Registro de Direitos Autorais	Registro de direitos autorais.
-------------------------------	--------------------------------

EXAMES E LAUDOS TÉCNICOS

Laudos Técnicos	Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da instituição de educação superior que oferece serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos médicos, psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.
-----------------	---

ATENDIMENTO JURÍDICO E JUDICIAL

Atendimento Jurídico e Judicial	Atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.
---------------------------------	--

ATENDIMENTO EM SAÚDE HUMANA

Consultas Ambulatoriais	Consulta ambulatorial ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde.
Consultas de Emergência e Urgência	Consulta em situação que exige pronto atendimento (emergências e urgências).
Internações	Atendimento a pacientes internados.
Cirurgias	Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais).
Exames Laboratoriais	Exames de patologia clínica e anátomo-patologia.
Exames Secundários	Radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.
Outros Atendimentos	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

ATENDIMENTO EM SAÚDE ANIMAL

Atendimentos ambulatoriais	Atendimento ambulatorial a animais.
Internações veterinárias	Assistência veterinária a animais internados.
Cirurgias veterinárias	Intervenções cirúrgicas em animais (hospitalares e ambulatoriais).
Exames laboratoriais e secundários em veterinária	Exames de patologia clínica e anátomo-patologia; radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.



6

Publicações e outros Produtos Acadêmicos

“Caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica”.

Embora não sejam consideradas como ações de extensão – na realidade, o processo de sua produção é parte da implementação da ação de extensão, gerando-as como resultado – as publicações e outros produtos acadêmicos de extensão devem ser registradas e relatadas. Uma das dificuldades de identificação da origem em ações de extensão é que elas são, geralmente, incluídas como produção científica, nos sistemas de registro em uso nas universidades e agências.

São classificadas e definidas conforme mostrado no Quadro 9.

Indicadores quantitativos de publicações e outros produtos acadêmicos de extensão (Censo da Educação Superior – INEP/MEC)

O Censo da Educação Superior / 2005 solicita essas informações como Produção Científica, não distinguindo a produção gerada pela Extensão Universitária.

Quadro 9 Classificação de publicações e outros produtos acadêmicos de Extensão Universitária

Classificação	DEFINIÇÃO
Livro	Produção efetivada (não incluir no prelo); inclui traduções de livro.
Anais	Anais de eventos científicos publicados.
Capítulo de livro	Produção efetivada (não incluir no prelo); inclui composições e arranjos editados e divulgados.
Artigo	Inclui artigos em periódicos nacionais e estrangeiros e trabalhos completos em congressos publicados em anais.
Comunicação	Inclui comunicações e resumos publicados em anais de eventos científicos.
Manual	Inclui cartilhas, livrete ou libreto, fascículos, cadernos.
Jornal	Periódico de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações. Inclui boletim periódico.
Revista	Revistas e outros periódicos semelhantes editados.
Relatório técnico	Textos completos voltados para divulgação restrita: publicações ou relatórios de produção, relatório de tecnologias e de metodologias de extensão, teses e dissertações de docentes, memoriais de concursos, relatórios técnicos.
Produto audiovisual –filme	Filmes produzidos pelas IES.
Produto audiovisual – vídeo	Vídeos produzidos pelas IES.
Produto audiovisual – CD's	CD's produzidos pelas IES.
Produto audiovisual – DVD	DVD's criados pelas IES.
Produto audiovisual – outros	Outros produtos audiovisuais não classificados nos itens anteriores. Inclui: fitas cassetes, discos, etc.
Programa de Rádio	Programas produzidos com caráter de difusão em Rádio.
Programa de TV	Programas produzidos com caráter de difusão em TV.
Aplicativo para computador	Softwares produzidos pelas IES.
Jogo educativo	Jogos educativos criados ou produzidos pelas IES.
Produto artístico	Inclui: partituras, arranjos musicais, gravuras, textos teatrais, entre outros.
Outros	Outras publicações e produtos acadêmicos não classificados nos itens anteriores.



7

Relacionamentos entre as Ações de Extensão

A sistematização das ações de extensão em programas constitui-se em uma das melhores soluções para o cumprimento das diretrizes de impacto, interação social dialógica e construção de parcerias, interdisciplinaridade e integração ensino/pesquisa/extensão. Algumas estratégias podem ser implementadas:

1. Identificação de projetos que atuam em uma mesma Linha de Extensão. As etapas para a construção de programa passam pela identificação desses projetos, aproximação dos atores, setores e instituições – incluindo equipes, departamentos e unidades acadêmicas –, articulação e integração dos mesmos, sob a forma de reuniões de ‘conciliação’ ou seminários temáticos, estabelecimento de mecanismos de gestão, etc. Algumas vezes, pela dimensão do trabalho já assumido, ou pela dificuldade de articular grupos e propostas, uma linha de extensão comporta dois ou mais programas.
2. A partir de linhas consideradas prioritárias, institucional e socialmente, ou pela demanda de políticas públicas, a implementação de programa, ou programas, podem ser desencadeada por meio de uma chamada à apresentação de projetos, que vai reunir antigas e novas ações de extensão, agora estruturadas como o programa desejado.

Em ambas as situações, a indução institucional deverá estar presente, como apoio financeiro seletivo, alocação de bolsistas de extensão, o direcionamento a editais públicos em que estejam definidas diretrizes de acordo com a política de extensão.

Os programas estruturados, por seus projetos, vão oferecendo outras ações de extensão relacionadas à Linha de Extensão à qual atende o programa, como cursos, eventos, prestação de serviços e elaboração e publicação/difusão de produtos acadêmicos. Muitas dessas ações – desenvolvidas em parceria pelos projetos e seus participantes – tem forte ação consolidadora do programa.

O esquema geral (Figura 1) e o exemplo (Figura 2) ilustram essas estratégias.

No exemplo da Figura 2, três projetos – *Envelhecer com Segurança e Cultura*, *Contando Contos e Saberes e Fazeres* – são vinculados a um programa – *Universidade da Terceira Idade* – e desenvolvem, além de suas atividades próprias, outras ações, algumas em parceria. O programa está registrado na área temática Direitos Humanos e Justiça e, secundariamente, à área Educação. Vincula-se à linha de extensão Terceira Idade.

Dois projetos, em parceria, oferecem um curso – *Preparação de Cuidadores de Idosos*. O outro projeto oferece um outro curso – *Psicologia da Terceira Idade* – e faz uma consultoria – *Organização e Gestão* – para uma ONG. Um evento e uma cartilha são produzidos pelos projetos, em conjunto.

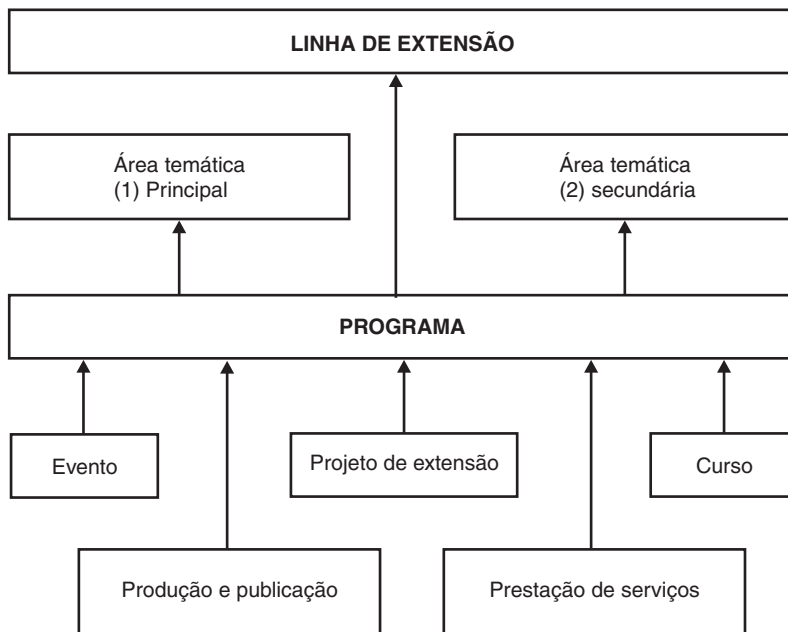


Figura 1 Esquema geral de relacionamentos entre ações de extensão

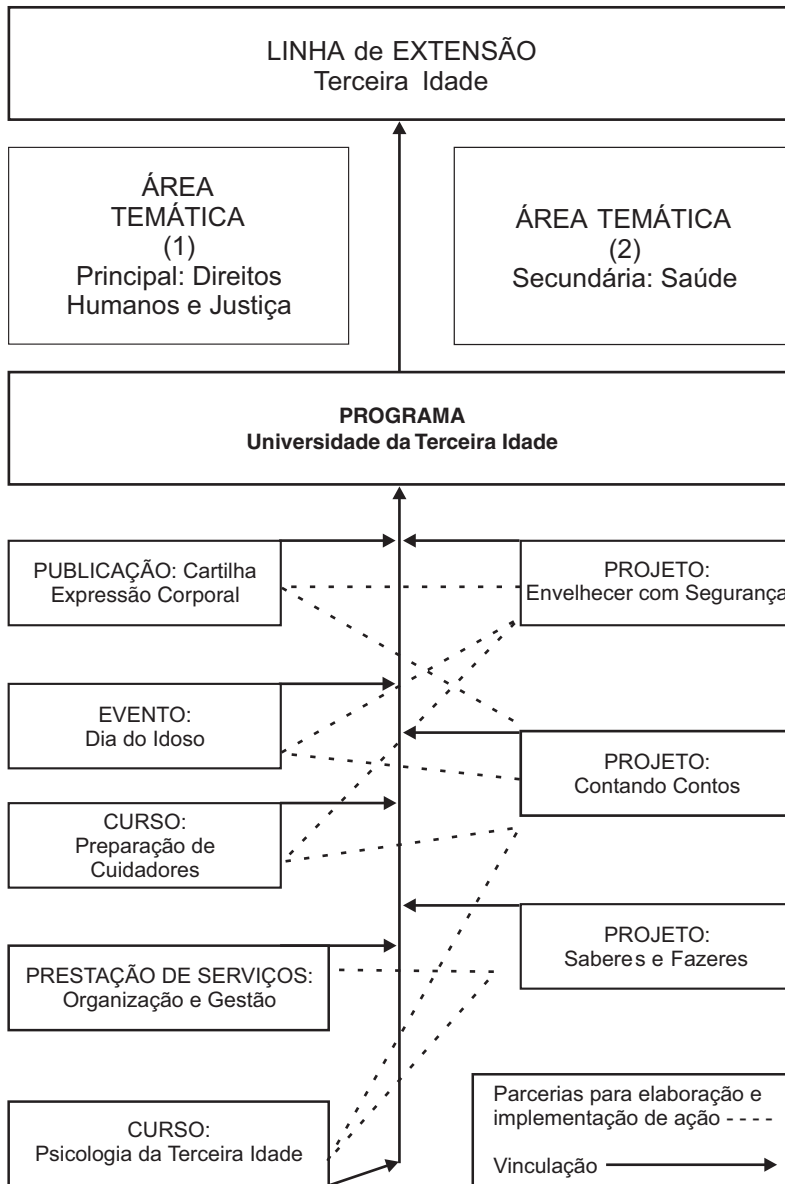


Figura 2 Exemplo de parcerias e vinculações entre ações de extensão



8

Extensão Universitária e Flexibilização Curricular

As ações de Extensão Universitária, especialmente programas e projetos, podem ser integralizadas ao currículo de cursos de graduação, com atribuição de créditos. Para esse processo, o FORPROEX publicou o documento Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão e a Flexibilização Curricular: uma Visão da Extensão (Coleção Extensão Universitária, n. 4 – 2006).

Para reforçar a necessidade de ser esse tema incluído como uma das prioridades na gestão acadêmica da Extensão, é reproduzido parte dessa publicação, encaminhando-se o leitor ao texto completo.

“... Possíveis Estratégias

Apresenta-se aqui um conjunto propositivo de estratégias vislumbradas como possíveis para o início ou a continuidade à implementação de ações visando à flexibilização curricular nas Universidades Públicas. As primeiras são medidas que podem ser implementadas no âmbito das pró-reitorias de extensão, pois de fato se referem às estratégias preconizadas pelo FORPROEX para a institucionalização das ações de extensão. A complexidade das estratégias cresce com as demais proposições, na medida em que se amplia o leque de atores envolvidos com sua formulação e implementação, como é o caso dos colegiados de cursos, das pró-reitorias de graduação, pós-graduação etc.

Idealmente, seria muito importante que este processo ocorresse, desde o seu início, envolvendo todos os setores acadêmicos e administrativos, uma vez que é exatamente esta prática articulada e orgânica que se pressupõe quando se discute a implementação da Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Afinal, não se poderia pensar em ações de extensão sem o envolvimento dos colegiados dos cursos, pois as mesmas, necessariamente, envolvem os estudantes na sua execução. Ou seja, o projeto político-pedagógico de cada curso deve ser construído em estreita consonância com a política de extensão da instituição, que o influencia e é por ele influenciado. Este, no entanto, é um ideal ainda a ser alcançado na prática, e, para evitar o imobilismo que daí poderia advir, pode ser necessário que as pró-reitorias primeiro viabilizem e estimulem as discussões que possam ocorrer em sua esfera imediata, em seu âmbito de ação.

Assim, no que diz respeito ao âmbito da extensão, a institucionalização das ações, independentemente da modalidade escolhida ou criada, certamente se constituirá em uma estratégia para auxiliar na criação das condições políticas para que ações de caráter mais orgânico possam ser experimentadas. Esta institucionalização, na medida em que leva a uma maior visibilidade, pode, por exemplo, estimular estudantes, professores e, portanto, os colegiados de curso, a considerar a importância da incorporação destas atividades nos projetos político-pedagógicos, dando início a um círculo virtuoso de oferta e demanda entre as áreas responsáveis pelo ensino e pela extensão na instituição; círculo este que com o tempo tenderia a se expandir envolvendo as demais interfaces.

Por onde começar não é a questão mais importante. Dar início a este processo de compartilhamento não somente de concepções, mas, e principalmente, do muito que já tem sido realizado nas Universidades Públicas Brasileiras, proporcionará condições políticas para vôos maiores, como aqueles sugeridos pelas estratégias aqui sistematizadas.

Recomenda-se neste sentido a adoção de medidas como as que se seguem.

1. As ações de extensão devem ser institucionalizadas, com aprovação nos órgãos acadêmicos e registro em sistema de informação aberto à consulta.
2. A política de institucionalização deve estimular a sistematização de ações de extensão em Programas, formato que induz práticas interdepartamentais, interdisciplinares e interinstitucionais; os focos temáticos devem representar linhas de extensão.
3. Os Programas e os projetos a ele vinculados, bem como projetos não-vinculados, devem ter formalizada, em seu corpo, uma “proposta didático-pedagógica”, que defina:

- a potencialidade da ação de extensão para a formação técnica do estudante – relacionada a seu curso de origem – e para o crescimento pessoal e cidadão, pela interação social a ser vivenciada;
 - uma programação preliminar de leituras, participação em seminários, grupos de discussão e oficinas;
 - o período de tempo que o estudante participará do projeto;
 - o sistema de avaliação da participação do estudante, se necessário com a emissão de conceito final (exigência de muitos colegas do curso); e,
 - a qualificação do professor-orientador.
4. Os Programas e Projetos de extensão podem ser formalizados como disciplinas (obrigatórias, optativas ou eletivas) ou atividades secundárias, previamente definidas, ou reconhecidas ao final do tempo de participação.
 5. A avaliação das ações de extensão deve considerar as categorias e os indicadores destacados no documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária, o conceito de extensão e suas diretrizes como critérios de aprovação, considerando a relevância acadêmica e social, a interdisciplinaridade e a relação dialógica com os setores sociais.

Todas estas recomendações se originam do trabalho que o FORPROEX vem desenvolvendo ao longo dos anos, com recomendações detalhadas em diversas publicações. É sempre oportuno reafirmar que, em todas as circunstâncias, na implementação da ação de extensão devem ser consideradas: a valorização do cenário de aprendizagem sobre conteúdos pré-estabelecidos; a primazia da relação estudante/sociedade; o acompanhamento por professor-orientador; o sistema de avaliação prospectivo, participativo, com enfoque subjetivo e objetivo; e a relação de continuidade pactuada e dialogada eticamente com a comunidade em que se insere a ação de extensão.

É importante, além disso, que as Universidades Públicas avaliem experiências clássicas e institucionalizadas, ou seja:

1. (Re)visitar, na ótica da indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão, experiências como integração docente-assistencial, internato rural, vivências secundárias, estágios, estágios de campo, atividade acadêmica a distância etc.

Um outro passo de fundamental importância se refere à recomendação de que:

2. As ações de extensão devem adotar como referência os projetos político-pedagógicos dos cursos da instituição.

Embora este seja um ideal ainda a ser alcançado, um requisito para a existência das ações de extensão é o de envolver os estudantes, sua razão de ser. Em suma, deve se justificar tanto pela perspectiva acadêmica como social. Assim, sem que se coíba a iniciativa de novas proposições – que podem se originar, por exemplo, de áreas de pesquisa dos docentes ou de novas áreas de atuação, não tendo ainda um impacto direto sobre a formação do estudante – o estímulo e a orientação a serem dadas aos proponentes das ações devem ser no sentido de se buscar este componente formativo, seja na perspectiva técnico-profissional e na de formação política, cidadã.

A adoção do projeto político-pedagógico dos cursos como referência pode, a depender do contexto interno da Universidade, ser uma ação por parte da Câmara de Extensão, consultando, por exemplo, os colegiados de curso, ou uma ação de maior vulto, envolvendo a Câmara de Graduação ou o próprio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em algumas universidades, inclusive, comissões conjuntas de graduação e de extensão têm avaliado os projetos, tanto sob a perspectiva formativa (para os estudantes) como da proposta de ação propriamente dita. Embora se possa argumentar que estas perspectivas devam estar juntas, este é também um ideal a ser alcançado. A aprendizagem quanto à conciliação destes dois aspectos continua em andamento. Politicamente, no entanto, quaisquer dessas alternativas (câmara de extensão ou ambas as câmaras) significarão passos importantes”.



9

Avaliação da Extensão Universitária

O trabalho realizado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE/FORPROEX) é parte do processo para a implementação e consolidação da Avaliação da Extensão Universitária Brasileira, que se constitui política do Fórum, iniciada em 1999.

Uma das ações desse processo é a pesquisa, em andamento, *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil – 2005*,⁵ que objetiva realizar uma série de investigações sobre a Extensão Universitária no país, tendo como meta a experimentação de uma metodologia de avaliação institucional da Extensão que contribua para a elaboração e implementação de políticas para a Educação Superior Brasileira.

É transcrito, a seguir, o texto de apresentação da publicação *Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras – estudo comparativo 1993/2004*, que compõe o volume 5 da Coleção Extensão Universitária.

“A pesquisa baseia-se em dados coletados junto às instituições públicas de educação superior, tanto federais como estaduais, integrantes do FORPROEX.

⁵ Pesquisa apoiada pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, projeto Avaliação da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, MEC–SESU, 2004.

Foram utilizados cinco instrumentos, elaborados de acordo com as dimensões e as metodologias propostas no livro *Avaliação da Extensão Universitária*, publicado pelo Ministério da Educação, em parceria com o FORPROEX, em 2000.

Estas dimensões são:

- Dimensão 1 – Política de gestão;
- Dimensão 2 – Infra-estrutura;
- Dimensão 3 – Relação Universidade – Sociedade;
- Dimensão 4 – Plano acadêmico; e
- Dimensão 5 – Produção acadêmica.

No desenvolvimento deste trabalho, a CPAE/FORPROEX estabelece alguns marcos comparativos, utilizando dados selecionados de alguns indicadores dos instrumentos aplicados em 2005 e resultados publicados no documento *Perfil da Extensão Universitária no Brasil – SESu/MEC, de 1995*⁶. Este Perfil foi realizado no âmbito do Programa de Fomento à Extensão Universitária, ação do Ministério da Educação e Desporto (MEC), por meio de sua Secretaria de Educação Superior (SESu), com vigência entre 1993 e 1995, e buscou caracterizar o pensamento predominante sobre extensão, as práticas desenvolvidas, as parcerias feitas com organizações e instituições da sociedade civil, a articulação com programações do Estado, o relacionamento com o ensino e a pesquisa, etc.

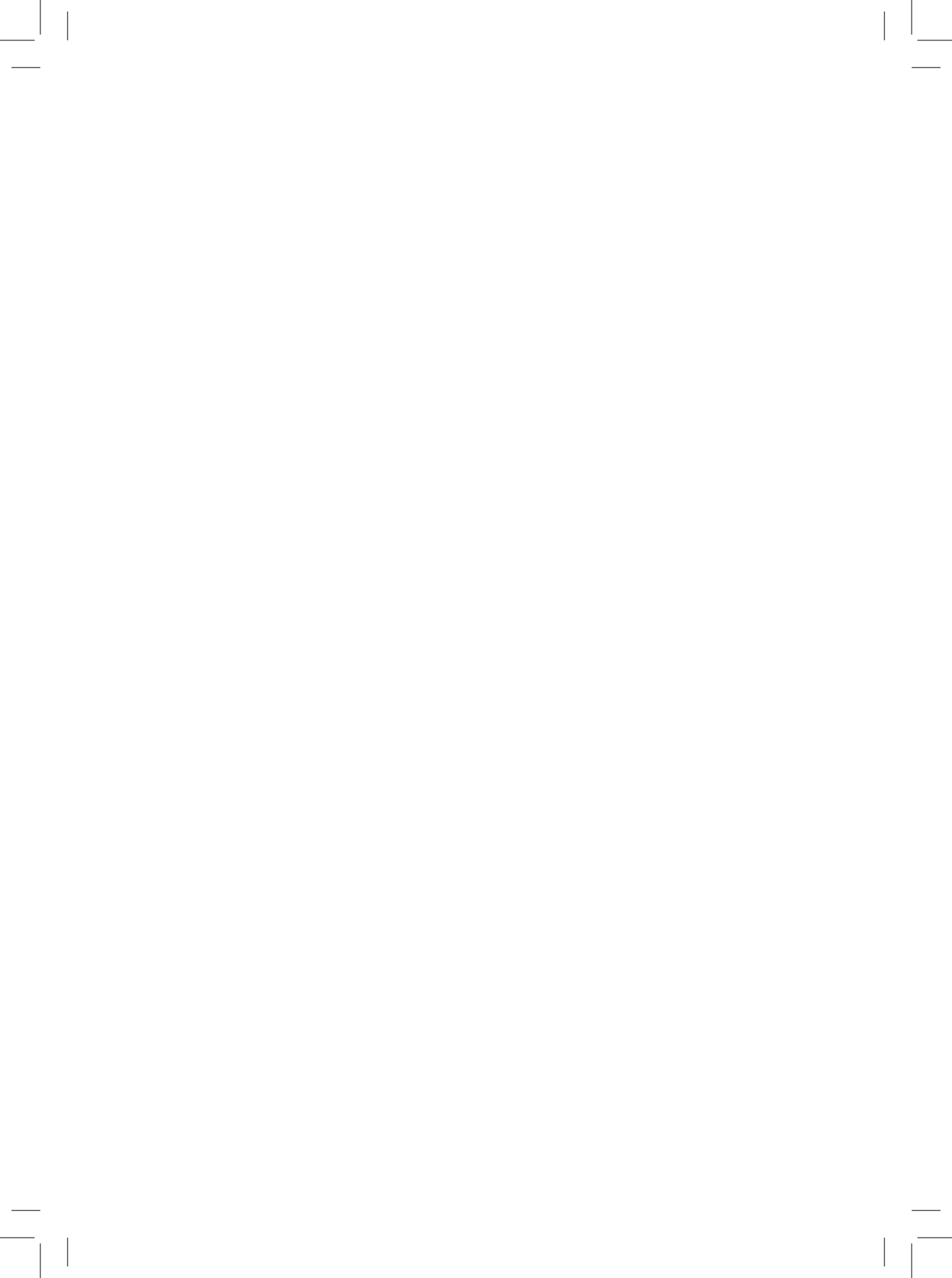
Cabe esclarecer que a pesquisa de 2005 foi realizada com propósitos semelhantes aos da pesquisa realizada em 1994, ambas dimensionadas a partir dos conceitos e reflexões do FORPROEX. Este conjunto de diretrizes conceituais e políticas para a Extensão Universitária brasileira vem sendo estabelecido pelo Fórum desde a sua criação, em 1987, registrado em documentos básicos e divulgado entre as IPES que o integram. Isso posto, pode-se afirmar que muitas das análises comparativas sobre a Extensão Universitária são basicamente aproximações sobre as possíveis compreensões que hoje se tem em termos de uma atividade que, ao longo desse dez últimos anos, reconstruiu-se de maneira dinâmica e complexa em todo o país. Em nenhum momento pretende-se esgotar as possibilidades de análise sobre o movimento da extensão nos anos 90 em comparação ao início do século XXI, mas não se poderia desprezar a oportunidade de destacar em um

⁶ Do estudo em curso, *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil – 2005*, foram utilizados dados dos instrumentos aplicados em 2005, com base em dados de 2004 e da publicação *Perfil de Extensão Universitária no Brasil: instrumentos aplicados em 1994*, com base nos dados de 1993, e publicado em 1995.

documento algumas temáticas da extensão que, mesmo concebidas em épocas diferentes, atravessaram a década.

A seleção sobre os aspectos que seriam analisados foi fruto de uma profunda discussão na CPAE, principalmente sobre a imperiosa necessidade de explicitar ao leitor que a condução inicial da pesquisa de 2005 não tinha como objetivo a análise comparativa com o Perfil de 1995, embora ambas procurassem esboçar um diagnóstico da ação extensionista. Portanto, foi necessária uma análise criteriosa sobre os significados da extensão na década de 1990 e da base de dados atuais para que fosse possível identificar criticamente os avanços e perspectivas de desenvolvimento da extensão no país.

Este estudo tem como objetivos principais, analisar comparativamente categorias avaliadas em 1995, no documento Perfil da Extensão Universitária no Brasil, com categorias correspondentes da pesquisa Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, realizada em 2005, bem como indicar ao FORPROEX e aos gestores da Extensão Universitária ações necessárias para a completa institucionalização da extensão nas instituições públicas de educação superior no país”.





10

Censo da Educação Superior INEP/MEC

Algumas observações

Em relação ao Censo da Educação Superior de 2007 (ano base 2006) o FOR-PROEX deverá retomar articulações com o INEP, especialmente em relação à adequação de algumas definições, para que haja uma consonância entre a solicitação das tabelas e a possibilidade de atendimento pelo sistema de informação da extensão praticado pelo Fórum.

A sugestão é a manutenção das atuais tabelas do ano-base 2005 para o ano-base de 2006. Deverão ser levadas em consideração as alterações de nomenclaturas das áreas temáticas. Em relação às áreas, é necessário padronizar a informação, ou por área temática ou por área do conhecimento. Em Extensão é muito importante saber-se a que temas se dirigem as ações (área temática), talvez mais do que sua origem acadêmica (área do conhecimento).

Uma questão a ser considerada é o registro de publicações e outros produtos de extensão. Possivelmente por não serem caracterizadas como ações de extensão, mas produção acadêmica, a orientação é que sejam informadas na produção geral da universidade (produção científica). Essa questão deverá ser discutida, para que se possa, por algum instrumento, identificar a produção gerada nas ações de extensão.

Em relação aos cursos, a informação sobre ministrantes, difícil de ser validada, talvez deva ser reavaliada. Não seria mais importante uma avaliação sobre tipologia dos cursos e tipologia de concluintes, entendendo-se o processo de cursos de extensão como uma política de inclusão, permitindo maior acesso da população aos cursos da universidade? A caracterização de público e o indicador aluno-equivalente é uma questão também a ser revista.

Em relação à tipologia dos cursos deverão ser acompanhadas as discussões sobre a Lei da Reforma Universitária, para possíveis alterações em relação à Extensão Universitária.

Deve ser lembrado que a informação relativa a bolsistas de extensão é solicitada em outro quadro do Censo (Q.39).

Outra questão, a ser considerada, é a necessidade de que as modificações nos quadros que solicitam os dados da extensão sejam anunciadas com antecedência que permita adequações operacionais no sistema de informação de extensão, seja o SIEXBRASIL ou o sistema local da universidade.

No ANEXO 1 são reproduzidos os quadros solicitados pelo INEP em 2006 (ano base 2005).



Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Belém: Basa, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.248, 23 dez.1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: < <http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc> >. Acesso em: 22/abr./2007.

COELHO, I. M. BRANCO A. L. C.; BERNARDES L. O. A.; TUTTMAN M. T.; GUIMARÃES N. S.; GUIMARÃES R. G. M.; CARVALHO NETTO T. M. C.; ARAÚJO FILHO, T.; MENESTRINA, T. C. **Diretrizes curriculares e ensino de graduação**. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/Abmes/Publica/Revista/estud22/est22-02.htm> >. acesso em 1/12/2006.

CASTELO BRANCO A. L.; BERNARDES L. O. A.; TUTTMAN M. T.; GUIMARÃES N. S.; GUIMARÃES R. G. M.; CARVALHO NETTO T. M. C.; ARAÚJO FILHO, T.; MENESTRINA, T. C. Grupo Técnico Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Flexibilização Curricular. **Proposta para a implementação da Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão e da Flexibilização Curricular**. Rio de Janeiro: UNIRIO,

2006. Disponível em: http://www.renex.org.br/arquivos/Documento_Indissociabilidade.zip> acesso em 1/12/2006.

CASTELO BRANCO A. L.; BERNARDES L. O. A.; TUTTMAN M. T.; GUIMARÃES N. S.; GUIMARÃES R. G. M.; CARVALHO NETTO T. M. C.; ARAÚJO FILHO, T.; MENESTRINA, T. C. Grupo Técnico Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Flexibilização Curricular. **Experiências de Flexibilização Curricular nas Universidades Públicas Brasileiras** – versão atualizada em 11/05/2006. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006. Disponível em: http://www.renex.org.br/arquivos/Flexibilizacao_Curricular.zip > acesso em 1/12/2006.

FARIA, D. S. (Org.) **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária**. (Documento de trabalho 2000/2001). Disponível em: <<http://www.renex.org.br/arquivos/avaliacao.doc>>. Acesso em 1/12/2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Sistema de Dados e Informações**: Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.2)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária**: Brasília: MEC/SESu; Curitiba: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.3)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade Ensino–Pesquisa–Extensão e a Flexibilização Curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006. (Coleção Extensão Universitária; v.4)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. **Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras** – estudo comparativo 1993/2004. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Brasília: MEC/SESu, 2006. 97 p. (Coleção Extensão Universitária; v.5)

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- GUIMARÃES, M. B.; CUNHA E. P.; DIAS F. R. T. S.; NOGUEIRA M.D. P.; CUNHA E. S. Comissão **Especial Revisão das Áreas Temáticas, Linhas e Ações de Extensão. Relatório Final**. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2004. Disponível em <<http://www.renex.org.br/arquivos/linhas.doc>> Acessado em 1/12/2006.
- GURGEL, R. M.. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Autores Associados, UFC, 1986.
- MORRIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MORRIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertane Brasil, 1998.
- NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.
- NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA, M. G. M. **Extensão: a face social da universidade?** Campo Grande, MS: UFMS, 2000.
- SÍVERES, L. **Universidade: Torre ou Sino**. Brasília: Universa, 2006.
- SOUSA, A L. L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) **Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas**. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003. 175 p.
- TUTTMAN, M. T. Extensão universitária: a construção de novos caminhos. In: DURHAM, Eunice R., SAMPAIO, Helena (Org.) **O ensino superior em transformação**. São Paulo: USP / Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, 2001.



Anexo 1

INEP – Censo da Educação Superior 2005

São apresentadas as últimas planilhas (grupo G, referente à Extensão Universitária), relativas a 2005 (ano de desenvolvimento das atividades a serem relatadas), solicitadas às universidades para Censo da Educação Superior, MEC/INEP. Seguem-se às planilhas os conceitos aplicados aos indicadores solicitados. A numeração dos quadros não é seqüencial pela supressão de alguns deles a partir de 2004.

Q90 Número total de Programas¹ e seus respectivos projetos vinculados, público atendido e pessoas envolvidas na execução, segundo a área temática de extensão, em 2005

Áreas Temáticas	Total de Programas	Total de projetos ² vinculados aos programas	Total de público atendido ³	Equipe envolvida na execução						Total
				Docentes ⁴	Da própria IES		Alunos pós-graduação ⁷	Técnicos ⁸	Externos ⁹	
					Alunos ⁵ Graduação	Bolsistas ⁶				
1. Comunicação										
2. Cultura										
3. Direitos Humanos e Justiça										
4. Educação										
5. Meio Ambiente										
6. Saúde										
7. Tecnologia e Produção										
8. Trabalho										
Total										

Notas ao Quadro Q90

- 1 Conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão (cursos, eventos e prestação de serviços), de caráter orgânico-institucional, com diretrizes e objetivos comuns, desenvolvidos a médio e longo prazo.
- 2 Ações processuais contínuas, de caráter orgânico-institucional, que visam alcançar determinados objetivos a curto e médio prazos. Essas ações (nesse quadro) estão vinculadas a programas.
- 3 Somatória do público atendido nos projetos vinculados aos programas.
- 4 Professores que ministram aula na instituição envolvida na execução dos programas de extensão.
- 5 Alunos matriculados nos cursos de graduação da IES envolvidos na execução dos programas de extensão (bolsistas e não-bolsistas).
- 6 Número de bolsistas de extensão (bolsas institucionais), seja com verba do programa seja com verba externa (alunos de graduação e pós-graduação).
- 7 Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da IES envolvidos na execução dos programas de extensão (bolsistas e não-bolsistas).
- 8 Funcionários técnicos e/ou administrativos da IES envolvidos na execução dos programas de extensão.
- 9 Pessoas de outras IES ou comunidade externa, envolvidas na execução dos programas de extensão.

Observação: A definição das áreas temáticas tem como parâmetro as políticas públicas. A classificação por área **temática** deve observar o **objeto** ou **assunto** que é focado na ação. Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas, uma correspondência absoluta entre o objeto de um programa e o conteúdo descrito nas áreas, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser escolhida.

Q91 Número total de projetos não-vinculados¹, público atendido e pessoas envolvidas na execução, segundo a área temática de extensão, em 2005

Áreas Temáticas	Total de projetos não-vinculados	Total de público atingido ²	Equipe envolvida na execução						Total
			Docentes ³	Da própria IES		Alunos pós-graduação ⁶	Técnicos ⁷	Externos ⁸	
				Alunos ⁴ Graduação	Bolsistas ⁵				
1. Comunicação									
2. Cultura									
3. Direitos Humanos e Justiça									
4. Educação									
5. Meio Ambiente									
6. Saúde									
7. Tecnologia e Produção									
8. Trabalho									
Total									

Notas ao Quadro Q91

- 1 Ações processuais contínuas, de caráter orgânico-institucional, que visam alcançar determinados objetivos a curto e médio prazo. Essas ações (nesse quadro) são as não-vinculadas a programas.
- 2 Somatória do público atendido nos projetos não-vinculados aos programas.
- 3 Professores que ministram aula na instituição envolvidos na execução dos projetos de extensão.
- 4 Alunos matriculados nos cursos de graduação da IES envolvidos na execução dos projetos de extensão (bolsistas e não-bolsistas).
- 5 Número de bolsistas de extensão (bolsas institucionais), seja com verba do projeto seja com verba externa (alunos de graduação e pós-graduação).
- 6 Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da IES envolvidos na execução dos projetos de extensão. (bolsistas e não-bolsistas).
- 7 Funcionários técnicos e/ou administrativos da IES envolvidos na execução dos projetos de extensão.
- 8 Pessoas de outras IES, ou de comunidade externa, envolvidas na execução dos projetos de extensão.

Observação: A definição das áreas temáticas tem como parâmetro as políticas públicas. A classificação por área temática deve observar o **objeto** ou **assunto** que é focado na ação. Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas, uma correspondência absoluta entre o objeto de um programa e o conteúdo descrito nas áreas, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser escolhida.

Q93 Número total de cursos, total de carga horária, concluintes e ministrantes em curso de extensão presencial¹, segundo a área de conhecimento CNPq, oferecidos em 2005

Áreas de Conhecimento	Total de Cursos ²	Total de carga horária ³	Total de concluintes	Ministrantes				Externos ⁸
				Docentes ⁵	Da IES		Estudantes ⁷	
					Técnicos ⁶			
Total até 30 horas								
1. Ciências Exatas e da Terra								
2. Ciências Biológicas								
3. Engenharia / Tecnologia								
4. Ciências da Saúde								
5. Ciências Agrárias								
6. Ciências Sociais Aplicadas								
7. Ciências Humanas								
8. Linguística, Letras e Artes								
Total acima de 30 horas								
1. Ciências Exatas e da Terra								
2. Ciências Biológicas								
3. Engenharia / Tecnologia								
4. Ciências da Saúde								
5. Ciências Agrárias								
6. Ciências Sociais Aplicadas								
7. Ciências Humanas								
8. Linguística, Letras e Artes								
Total Geral								

Notas ao Quadro Q93

- 1 Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação. Atividades com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”. Prescrição de Serviço realizada como curso, deve ser registrada como curso. Curso presencial exige a presença do aluno durante toda a oferta da carga horária.
- 2 Número total de cursos oferecidos em 2005 por área de conhecimento.
- 3 Somatória de carga horária de todos os cursos oferecidos por área de conhecimento.
- 4 Número total de concluintes ou de certificados emitidos por área de conhecimento.
- 5 Número de docentes que ministram aula na instituição envolvidos na execução de cursos de extensão.
- 6 Número de alunos matriculados nos cursos de graduação ou pós-graduação da IES envolvidos na execução dos cursos de extensão.
- 7 Funcionários técnicos e/ou administrativos da IES envolvidos na execução dos cursos de extensão.
- 8 Pessoas de outras IES, ou de comunidade externa, envolvidas na execução dos cursos de extensão.

Q94 Número total de cursos, total de carga horária, concluintes e ministrantes em curso de extensão a distância¹, segundo a área de conhecimento CNPq, oferecidos em 2005

Áreas de Conhecimento	Total de Cursos ²	Total de carga horária ³	Total de concluintes ⁴	Ministrantes				Externos ⁸
				Docentes ⁵	Técnicos ⁶	Estudantes ⁷	Da IES	
Total até 30 horas								
1. Ciências Exatas e da Terra								
2. Ciências Biológicas								
3. Engenharia / Tecnologia								
4. Ciências da Saúde								
5. Ciências Agrárias								
6. Ciências Sociais Aplicadas								
7. Ciências Humanas								
8. Lingüística, Letras e Artes								
Total acima de 30 horas								
1. Ciências Exatas e da Terra								
2. Ciências Biológicas								
3. Engenharia / Tecnologia								
4. Ciências da Saúde								
5. Ciências Agrárias								
6. Ciências Sociais Aplicadas								
7. Ciências Humanas								
8. Lingüística, Letras e Artes								
Total Geral								

Notas ao Quadro Q94

- 1 Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação. Atividades com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”. Prestação de Serviço realizada como curso, deve ser registrada como curso. Curso de extensão a distância é caracterizado pela não exigência da presença do professor durante toda a oferta da carga horária; atividades presenciais (sessões de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc) não devem ultrapassar 20% da carga horária total.
- 2 Número total de cursos oferecidos em 2005 por área de conhecimento.
- 3 Total de carga horária de todos os cursos oferecidos por área de conhecimento.
- 4 Número total de concluintes ou de certificados emitidos por área de conhecimento.
- 5 Número de docentes que ministram aula na instituição envolvidos na execução de cursos de extensão.
- 6 Número de alunos matriculados nos cursos de graduação ou pós-graduação da IES envolvidos na execução dos cursos de extensão.
- 7 Funcionários técnicos e/ou administrativos da IES envolvidos na execução dos cursos de extensão.
- 8 Pessoas de outras IES, ou de comunidade externa, envolvidas na execução dos cursos de extensão.

Q95 Número total de eventos¹ desenvolvidos, por tipo de evento e público participante, segundo **área temática de extensão**, em 2005

Tipo de evento Áreas temáticas	Número total de eventos ²								Total de público participante ³	
	Congresso	Seminário	Ciclo de debates	Exposição	Espectáculo	Evento esportivo	Festival	Outros		Total de eventos
1. Comunicação										
2. Cultura										
3. Direitos Humanos e Justiça										
4. Educação										
5. Meio Ambiente										
6. Saúde										
7. Tecnologia e Produção										
8. Trabalho										
Total										

Notas ao Quadro Q95

- 1 Ação extensionista que implica na apresentação e exibição pública e livre ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.
- 2 Tipos de eventos:
 - Congresso - Evento de grandes proporções, de âmbito nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Abrange um conjunto de atividades como: mesa-redonda, palestras, conferências, cursos, oficinas (ou workshop ou laboratório com duração de até oito horas – se igual ou superior a oito horas, deve ser classificado como curso).
 - Seminário - Eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto de número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião.
 - Ciclo de Debates - Encontro sequencial que visa a discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo de..., Circuito, Semana de..., Exposição - Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento.
 - Espectáculo - Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
 - Evento esportivo - Inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
 - Festival - Série de ações /eventos culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em período determinado de tempo, geralmente com edições periódicas.
 - Outros – Outros eventos não classificados nos itens anteriores.
- 3 Total de público participante ou presente no evento.

Observação: A definição das áreas temáticas tem como parâmetro as políticas públicas. A classificação por área temática deve observar o objeto ou assunto que é focado na ação. Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas, uma correspondência absoluta entre o objeto de um programa e o conteúdo descrito nas áreas, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser escolhida.

Q96 Número total de **prestação de serviço institucional**¹ segundo tipo e área do conhecimento CNPq, em 2005

Áreas de Conhecimento	Ciências Exatas e da Terra	Ciências Biológicas	Engenharia/ Tecnologia	Ciências da Saúde	Ciências Agrárias	Ciências Sociais e Aplicadas	Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Total
Atendimento ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia ²									
Espaços e Museus Culturais									
Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia									
Cines-clubes									
Outros									
Serviço Eventual ³									
Nº Assessoria									
Nº Consultoria									
Nº Curadoria									
Nº Outros									
Atividades de Propriedade Intelectual ⁴									
Nº Depósito de Patentes e Modelos de Utilidades									
Nº Registro de Marcas e Softwares									
Nº Contratos de transferência de tecnologia									
Nº Registros de Direitos Autorais									

Notas ao Quadro Q96

- 1 Realização de trabalho oferecido pela IES ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço é oferecida como CURSO ou PROJETO DE EXTENSÃO, deve ser registrada como tal (curso ou projeto).
- 2 Total de Público atendido em visitação nos Espaços e Museus de Cultura, Ciência e Tecnologia da IES. Inclui: visitas em museus, centros de memória, jardim botânico, estação ecológica, observatório, planetário, museus de ciência, cine clube, dentre outros.
- 3 Número total de Serviço Eventual, oferecido pela IES envolvendo pessoal do quadro, contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias, curadoria e outros (cooperação técnica, pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis, etc.).
- 4 Total de atividades de Proteção e Transferência dos Direitos de Propriedade Intelectual.
- 5 Número de exames, perícias e laudos realizados em Laboratórios / Departamentos, envolvendo pessoal do quadro da IES, que oferecem serviço permanente. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.
- 6 Total de atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.
- 7 Número total de atendimentos em Unidades Hospitalares e Clínicas da IES e em Estágio Rural ou Trabalho de Campo, em Assistência à saúde humana.
- 8 Número total de atendimentos em situação que exige pronto-atendimento (urgências e emergências).
- 9 Número de consultas em atendimento ambulatorial ou domiciliar programado (médico, de enfermagem, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapia ocupacional, fonoaudiológico).

- 10 Número de pacientes atendidos em regime de internação hospitalar.
- 11 Número de pacientes atendidos com intervenção cirúrgica (hospitalares e ambulatoriais).
- 12 Número de exames de patologia clínica e anátomo-patologia realizados.
- 13 Número de exames de radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.
- 14 Número de outros atendimentos não classificados nos itens 8 a 13.
- 15 Número total de atendimentos em Unidades Hospitalares e Clínicas da IES e em Estágio Rural ou Trabalho de Campo, em assistência à saúde veterinária.
- 16 Número de consultas veterinárias ambulatoriais (urgências e programadas).
- 17 Número de animais atendidos em regime de internação hospitalar.
- 18 Número de animais atendidos com intervenção cirúrgica (hospitalares e ambulatoriais).
- 19 Número de exames de patologia clínica, anátomo-patologia, radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.
- 20 Número de outros atendimentos não classificados nos itens 16 a 19.

Observação: A classificação por área deve observar o objeto ou o assunto que é focado na ação. Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas, uma correspondência absoluta entre o objeto de uma prestação de serviço e o conteúdo descrito nas áreas, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser escolhida.



Anexo 2

Regimento do Fórum de
Pró-Reitores de Extensão das
Universidades Públicas Brasileiras

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º – O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 2º – São membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º – São objetivos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras;

II – manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;

III – manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;

V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras.

DA COORDENAÇÃO NACIONAL E COORDENAÇÕES REGIONAIS

Art. 4º – O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras terá uma Coordenação Nacional, composta por:

I – um Presidente;

II – um Vice-Presidente e

III – cinco Coordenadores Regionais e respectivos Subcoordenadores Regionais.

Parágrafo único – As coordenações regionais abrangem as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Art. 5º – Visando assegurar a consecução dos objetivos referidos no art. 3º, a Coordenação Nacional será assistida por:

I – uma Secretaria Executiva;

II – Comissões;

III – Assessores Especiais.

Parágrafo 1º – A Secretaria Executiva será indicada pela Coordenação Nacional, que também instituirá Comissões, sendo estas últimas referendadas em reunião plenária do Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Parágrafo 2º – Serão assessores especiais os três últimos presidentes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

DA ELEIÇÃO

Art. 6º – Todos os Pró-Reitores de Extensão e congêneres das Universidades Públicas Brasileiras ou seus representantes oficialmente credenciados, presentes à reunião anual, são considerados eleitores com direito a 1 (um) voto por instituição.

Art. 7º – A eleição do Presidente e do Vice-Presidente realizar-se-á durante a reunião ordinária anual do Fórum, dentre os membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Parágrafo único – O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de um ano, podendo haver uma recondução.

Art. 8º – Os Coordenadores e Subcoordenadores regionais serão eleitos por seus pares, durante os Encontros Regionais, para um mandato de um ano.

§ 1º – Em caso de coincidir a eleição de um Coordenador Regional para a Presidência do Fórum, o respectivo Subcoordenador assumirá a coordenação da Região *pro tempore*, devendo ocorrer nova eleição para Coordenador e Subcoordenador.

§ 2º – Os Coordenadores e Subcoordenadores serão empossados na reunião ordinária no encontro anual do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º – O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação Nacional, ou pelo próprio Fórum, atendendo a pedido de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 10. – A Coordenação Nacional dará conhecimento permanente de suas ações aos membros do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Art. 11. – A Coordenação Nacional, e cada Coordenação Regional, manterá registros de suas atividades, preservando a memória do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. – As coordenações regionais poderão elaborar Regimentos próprios, observado o disposto neste Regimento.

Art. 13. – Os casos omissos serão decididos, em reunião plenária, por maioria simples, em votação entre os membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Art. 14. – Propostas de alterações deste regimento deverão ser aprovadas em plenária, por 2/3 (dois terços) dos membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Florianópolis, maio de 2002.

Observação: Versão aprovada durante o XVI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, João Pessoa (PB), junho de 2000, modificada no XVIII Encontro Nacional, de maio de 2002, em Florianópolis, que alterou a designação Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras para Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

OUTRAS DECISÕES IMPORTANTES:

1. Concurso entre as IPES / Decisão no XX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Recife, maio de 2004: modifica a logomarca do Fórum,
2. Enquete Nacional, 2005: adota a sigla FORPROEX, para o Fórum.

